

RESUMO

Com esta comunicação pretendemos ensaiar uma síntese prospectiva sobre o conhecimento histórico do período compreendido entre os séculos VIII e X no Norte de Portugal. Centraremos a nossa atenção na região bracarense, a melhor documentada, tanto do ponto de vista das fontes escritas como das fontes arqueológicas.

Numa primeira parte, procuraremos identificar as problemáticas históricas dominantes e sumariar as principais interpretações produzidas. Teremos por referência uma selecção de estudos nas áreas da arqueologia e da história. Sublinharemos a riqueza informativa dos dois documentos bracarenses mais importantes para o estudo deste período: o *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae* e o censual *Inter Lima et Ave* (= Censual do Bispo D. Pedro).

Numa segunda parte, apresentaremos alguns contributos recentes da arqueologia para o aumento do conhecimento deste período e para a renovação das problemáticas históricas associadas. Daremos destaque aos resultados proporcionados pelos trabalhos arqueológicos que desenvolvemos nos últimos 20 anos na região de Braga, designadamente no mosteiro de São Martinho de Tibães, na igreja velha de São Torcato, no mausoléu/capela de São Frutuoso de Montélios, na igreja de São Martinho de Dume, na igreja velha de São Mamede de Vila Verde, no castro-castelo de Cantelães e na própria cidade de Braga. Centraremos a atenção em questões de arquitectura e de tecnologias construtivas, de tipologias cerâmicas e de conformação da paisagem, problematizando as cronologias associadas.

Na terceira parte enunciaremos a nossa perspectiva de desenvolvimento futuro das investigações sobre a alta idade média do Norte de Portugal, propondo linhas de investigação arqueológica nas áreas da arquitectura religiosa, castelologia, estrutura de povoamento, paisagem, urbanismo e produções cerâmicas.

1. O NORTE DE PORTUGAL ENTRE CRISTÃOS E MUÇULMANOS: CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS HISTÓRICAS

O estudo da Alta Idade Média do Norte do actual território português, que sempre se percepcionou como um espaço de fronteira entre os cristãos asturianos e os muçulmanos do sul peninsular, assentou, praticamente durante toda a primeira metade do século XX, num modelo historiográfico forjado sob os conceitos de “armamento estratégico” e “reconquista”, veiculados tanto pela historiografia espanhola como portuguesa (Costa 1997, 57-58).

Contudo, já nas primeiras décadas do século passado, tal modelo começou a ser questionado, contrapondo-se a continuidade de povoamento entre os séculos VII e XI: primeiro com o estudo de Alberto Sampaio (1979 [1903]) sobre *As Vilas do Norte de Portugal*, ainda hoje um estudo incontornável para quem quiser investigar a evolução da paisagem agrária do entre Douro e Minho entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média, e depois por José Augusto Ferreira (1928), com o seu exaustivo trabalho sobre a história dos arcebispos e bispos bracarenses.

Mas é a partir dos estudos seminais de Pierre David (1947) e de Avelino de Jesus da Costa (1959 [1997]), centrados sobre o noroeste peninsular e a antiga diocese de Braga, respectivamente, que tais modelos foram sendo sistemática e fundadamente rejeitados e vieram a ser definitivamente ultrapassados pelos estudos mais abrangentes de José Mattoso (1988 e 1992).

Importa assinalar que o *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae* e o censual *Inter Lima et Ave* (vulgarmente designado por “Censual do Bispo D. Pedro”), se fixaram então como principais fontes documentais para o estudo da história altomedieval da região correspondente ao Norte de Portugal, graças à edição crítica assinada pelos dois primeiros medievalistas (David 1947; Costa 1959 [1997], 1965, 1978 e 1990). Independentemente da existência de outros conjuntos documentais, como os compilados nos *Portugaliae Monumenta Historica*, os documentos do cartulário bracarense, únicos no género na Europa ocidental antes do século XIII, oferecem um potencial de estudo de reconhecido valor, não só para a história religiosa da diocese de Braga, mas também para a história da economia, da administração territorial, do povoamento e das paisagens que se desenvolveram nos dois últimos séculos do primeiro milénio (Costa 1959 [1997], XII-XIV).

Assim, é hoje generalizadamente aceite que o território entre o rio Minho e Douro terá mantido parte significativa das suas populações, até ao terceiro quartel do século IX num quadro social e político de ausência de poderes estatais actantes, e a partir do último terço do século IX já enquadrados de modo

sistemático nas estruturas de poder galaico-asturiano, leonês e portugalense, identificando-se muitos dos protagonistas das suas elites laicas e religiosas (Mattoso 1988 e 1992; Real 2007).

Neste novo quadro de conhecimento histórico, as perspectivas de estudo deslocaram-se para a interpretação de continuidades ou rupturas entre a Antiguidade Tardia e o mundo medieval. Embora a generalidade dos autores reconheça que os séculos VIII a X constituíram um período de trânsito, de transformação, uns valorizam esse período como um prelúdio da história de formação de Portugal (Serrão e Marques 1995 e 1996), ao passo que outros preferem considerá-lo como uma fase da evolução histórica do reino asturiano e leonês, procurando-se compreender os diversos ritmos e tendências de evolução da sociedade alto medieval (Amaral 1999 e 2007; Marques 2006).

Por outro lado, embora alguns historiadores reconhecessem na arqueologia uma área de estudo cujo desenvolvimento poderia contribuir para um melhor conhecimento da Alta Idade Média, a verdade é que os estudos arqueológicos só se vieram a concretizar a partir da década de 80 do século XX, acompanhando, aliás, a tardia afirmação da Arqueologia Medieval no quadro do ensino e da investigação arqueológica portuguesa (Fontes 2002).

Os primeiros contributos significativos, ainda que limitados por um certo empirismo metodológico, devem-se a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, com os seus estudos pioneiros sobre a viação, castelologia e arquitecturas medievais do Entre Douro-e-Minho (1968, 1978a, 1978b e 2001). Nesta última matéria defendeu, a pesar da sublinhada escassez de dados, que “(...) As construções religiosas da época da Reconquista (...) mostram-nos uma arquitectura de multiplicados e pequenos espaços, de uma legibilidade interna muito limitada, isto é, com uma ordenação bastante estanque. E a silhueta exterior destes edifícios assim o reflecte. Esta é marcada por diferentes volumes, notoriamente, escalonados até ao centro ou até à torre-cruzeira, quando esta existe. (...) Os bons edifícios da Reconquista, na área portuguesa, estão entre a arte cordovesa, emiral e califal, e a arquitectura asturiana, e ao lado das tão moçárabes realizações leonesas. Elas mostram características próprias, expresando esse tempo e essa cultura (...)”. (Almeida C.A.F. 2001, 34).

Mário Jorge Barroca aprofundou as linhas de investigação abertas por Ferreira de Almeida, creditando-se-lhe os primeiros inventários arqueológicos analíticos das necrópoles, de elementos arquitectónicos avulso e da epigrafia altomedievais do entre Douro-e-Minho (Barroca 1987, 1990 e 2000, respectivamente), os quais lhe permitiram reafirmar os séculos IX-XI como um período socialmente dinâmico, caracterizando-se a “arte portuguesa pré-nacional” (*sic*) por revelar “(...) uma estética original, na maioria dos casos afastada dos cânones asturianos ou moçárabes puros, mas não deixando de ser influenciada por estes e pelos que se ia fazendo na área galega. São sobretudo notórias as referências asturianas e compostelanas, filtradas e assimiladas num gosto próprio. (...)” (Barroca 1990, 141).

Nas décadas finais da última centúria, iniciaram-se também estudos de produções cerâmicas provenientes de contextos arqueológicos com estratigrafia bem estabelecida, proporcionada pelas escavações no casco urbano da cidade de Braga e no sítio de Dume. Alexandra Gaspar, a arqueóloga que melhor estudou esta matéria, registou para este período a predominância das produções locais e uma significativa redução de fabricos importados, que não se imitam, a par de uma menor variedade de formas, com predomínio das formas fechadas, acentuando-se nas cronologias mais recentes as cozeduras em ambiente redutor (Gaspar 2003, 474).

Mas é com Manuel Luís Real que, de modo sistemático, o conhecimento deste período histórico se amplia e renova, graças aos seus persistentes estudos de história da arte e de arqueologia altomedievais, oferecendo-nos nos últimos anos as mais informadas, estimulantes e historicamente contextualizadas sínteses sobre a evolução da arquitectura no actual território português entre os séculos VI e XI (Real 2000, 2007a e 2007b). Sustentado por uma abordagem metodologicamente actualizada, em que releva a manipulação de dados primários recolhidos nas múltiplas escavações arqueológicas que, directa ou indirectamente, acompanhou, a par da recolha de paralelos no actual território português, no sul peninsular e na bacia mediterrânica, Manuel Real cruza dados de natureza diversa (arqueológicos, documentais, toponímicos, estilísticos), que lhe permitem propor uma interpretação coerente das características essenciais da arte e da cultura dos séculos IX-XI. Porque elucidativo, permita-se-nos transcrever aqui o resumo do seu contributo apresentado no terceiro simpósio internacional “Visigodos y Omeyas”: “As esculturas do período suevo-visigodo evidenciam uma natural continuidade em relação ao período romano. No entanto, demonstram também tendências para a dissolução dos modelos nos quais se inspiram. Com a Reconquista emergem novas formas artísticas, onde sobressaem as influências galaico-asturianas, mais do que leonesas. A arte erudita do “grupo portugalense” irá caracterizar-se por um progressivo retorno ao classicismo, matizado pela introdução de formas de origem moçárabe. Neste processo, vão ter um papel preponderante as cortes condaís de Viseu e Coimbra. A importação, para o Entre Douro e Minho, de peças de escultura em calcário, ter-se-á seguido à nomeação de Hermenegildo

Gonçalves e Mumadona para o governo do condado de *Portucale*. A íntima relação que estes mantinham com a corte de Ramiro II, de Leon, explicará ainda algumas afinidades entre o “grupo portugalense” e certas manifestações artísticas, dispersas pela Galiza, Astúrias e, eventualmente, o baixo Leon.” (Real 2007, 133).

Portanto, não só se deve abandonar a ideia feita que após 711 se deixou de construir edifícios, como se deve reconhecer a existência de renovação arquitectónica, com manifestação de influências diversas, que se entrecruzam, inclusivamente oriundas do mediterrâneo oriental. Essa renovação está expressa nas diversas tendências regionais que se detectam nos elementos arquitectónicos atribuídos a este período, distinguindo-se uma arquitectura “moçárabe” com origem em centros urbanos meridionais, como Mérida, Málaga, Lisboa ou Coimbra, uma arquitectura asturiana desenvolvida a partir da capital das Astúrias, Oviedo, e uma arquitectura condal galaico-portugalense, que emerge em torno dos principais núcleos de povoamento do Noroeste, isolando-se no entre Douro-e-Minho o foco de Braga, num eixo que se estende de Guimarães a Ponte de Lima. (Real 2000, 71; Fontes e Pereira 2009, 29)

2. A REGIÃO BRACARENSE ENTRE OS SÉCULOS VIII E X: CONTRIBUTOS RECENTES DA ARQUEOLOGIA

Exceptuando a Igreja Velha de São Torcato, os monumentos ou sítios arqueológicos que apresentamos abaixo foram já objecto de publicação, mais ou menos detalhada, que se referencia na bibliografia final. Limitar-nos-emos, por isso, a abordar apenas os aspectos que interessam ao tema deste trabalho.

2.1. Igreja de São Martinho de Dume (Braga)

Relativamente a Dume, os dados obtidos nas escavações arqueológicas efectuadas permitem afirmar que, depois da edificação da igreja sueva e da reconversão da *villa* em mosteiro, no século VI, este se manteve continuamente ocupado até finais do século IX. Por outro lado, a documentação esclarece que, em 866, o bispo dumense Sabarico se transferiu para Mondonhede, na Galiza, devendo datar dessa época a extinção do mosteiro. Em 911, Ordonho II da Galiza mandou delimitar novamente o termo de Dume e confirmou a anterior doação ao bispo de Mondonhede, feita em 877 por Afonso III das Astúrias. Terá sido no quadro desta manutenção do interesse por Dume por parte da corte asturiana, que se terá reedificado a primitiva basílica sueva de Dume, erguendo-se então uma nova igreja, eventualmente já com funções paroquiais.

É portanto no contexto histórico do século X que situamos cronologicamente a reedificação da igreja de Dume, a ela se reportando os vestígios melhor onservados e mais amplos colocados a descoberto pelas escavações aqueológicas (Fontes 1991- 92, 2006 e 2009b; Fontes e Gaspar 1997).

Feita *a fundamentis*, a reedificação do templo foi também uma ampliação. As novas paredes, solidamente alicerçadas na arena granítica, ergueram-se contra a face externa das paredes do edifício primitivo, determinando assim a manutenção da planta anterior com cabeceira trilobada e uma só nave, naturalmente agora de mayores dimensões - cerca de 35 metros de comprimento por 23 metros de largura na zona do cruzeiro/transepto, e um alargamento ainda maior na largura da nave, que passou para 11,5 metros. Do ponto de vista construtivo, porém, a manutenção do traçado geral da planta foi o único elemento anterior que permaneceu. Com efeito, as soluções técnicas e a organização interior do espaço revelam-se absolutamente distintas.

A nova construção foi feita com paredes mais estreitas, medindo 0,80 metros de espessura, em alvenaria granítica de blocos de pequena e média dimensão, dispostos em fiadas horizontais mais ou menos uniformes. Nos alicerces incorporaram-se alguns cilhares almofadados de grandes dimensões, colocados espaçadamente e ligeiramente salientes em relação ao prumo da parede. A abside meridional foi reforçada exteriormente com quatro muretes/contrafortes, dispostos radialmente a partir do seu topo.

Interiormente, a organização do espaço conheceu também alterações significativas. Os restos do primitivo templo foram completamente cobertos por espesso pavimento argamassado, tipo *opus signinum*, anulando-se todas as teorias de arcaturas anteriores. Na abside oriental, que se conservou sobrelevada em relação ao resto do edifício, identificaram-se restos de assentamento de altares de diferentes tipologias: ao fundo, junto ao topo da abside, elevavam-se quatro colunas graníticas, suportando o que poderia ser uma espécie de baldaquino; ao centro da abside, encontrou-se parte de um rebaixamento/encaixe no pavimento, rebocado com estuque granuloso, desenhando uma forma rectangular com aproximadamente 1,20 x 0,80 metros de lado e 0,10 metros de profundidade, que estruturaria uma espécie de cipo ou caixa.

Com o arco triunfal alargado, a passagem da abside à quadra central fez-se através de três degraus, de que se conserva boa parte do degrau superior, desenhados pelo próprio pavimento argamassado. O amplo espaço definido pelo cruzeiro e absides laterais, formando um verdadeiro transepto, apresenta uma pavimentação uniforme, praticamente sem diferença de nível.

A passagem à nave conheceu também uma alteração profunda. Eliminada a tripla arcatura anterior, ficou uma abertura mais ampla que esbateu, sem anular completamente, a separação entre a nave e o cruzeiro/transepto. Este "alargar" do espaço acessível aos fiéis foi reforçado, na nave, com o aumento da largura desta e a extensão do pavimento a toda a sua superfície.

Duas portas laterais, abertas nas paredes ocidentais das absides junto aos arranques da nave, estabeleciam a ligação ao exterior. Haveria ainda uma porta principal, aberta na fachada ocidental da nave. As duas entradas laterais, bem identificadas pelos cunhais e soleiras que se conservam, abriam um vão de 1,20 metros, que se transpunha através de um degrau. Na porta meridional o degrau a formado por três tijolos com restos de mosaico, reaproveitados (é possível que pertencessem a tampas sepulcrais paleocristãs).

No exterior, contra a fachada ocidental da igreja, colocaram-se a descoberto vestígios da necrópole altomedieval, composta por diversas sepulturas, que apresentam como característica comum serem todas de inumação, em caixa pétrea bem estruturada, de formato rectangular e orientadas Este-Oeste. Umas são de tijolo, outras em alvenaria e outras ainda em lajes monolíticas, apresentando leitos de terra ou de *tegulae* e coberturas compósitas de lajes graníticas. Fazendo cabeceira comum de três sepulturas, reutilizou-se uma tampa de sepultura com mosaico, datável dos séculos V-VI.

Para a época, nesta região, o modelo planimétrico de cruz latina constituirá uma excepção, no quadro dos modelos que então se difundem e em que dominam as igrejas de nave e abside rectangulares. Compreende-se, aqui, por ser uma solução local claramente herdada do modelo anterior. O que poderia parecer uma inovação não passará, portanto, de uma permanência que, se considerarmos também a reutilização sistemática de materiais construtivos anteriores, se deverá relacionar mais com a escassez de meios do que com a vontade consciente de perpetuar um modelo arquitectónico "clássico".

Nos princípios do século XII, culminando um processo de reivindicação por parte da mitra bracarense, Dume viria a ser restituída à diocese de Braga, já como paróquia, momento que se associa igualmente à implementação do culto do santo dumense.

É neste contexto que se compreende melhor a produção do túmulo dito de São Martinho, uma das mais notáveis peças da escultura pré-românica portuguesa. Embora alguns autores considerem que as duas peças que compõem o túmulo possam ter pertencido a monumentos diferentes, propondo para a tampa uma data de finais do século VI e para a arca tumular uma cronologia mais recente, embora ainda de época visigótica, outros sugerem cronologias em torno dos séculos IX e X. Com o estudo de Helmut Schlunk (1968), que demonstrou a filiação estilística dos temas esculpidos nas representações dos *beatos* do norte peninsular, passou a aceitar-se uma datação de meados do século XI a inícios do século XII, admitindo-se que as duas peças formariam originalmente um conjunto unitário, coerente em termos da simbologia das figurações esculpidas, pois associa a oração do Final dos Tempos, na arca tumular, à representação simbólica do Advento do Senhor, na tampa. Esta interpretação é reforçada pela circunstância de as peças serem de calcário de Ançã, reforçando a ideia da permanência da influência moçárabe dos ateliês da região de Coimbra.

2.2. Igreja Velha de São Torcato (Guimarães)

A designada *igreja Velha* de São Torcato, situada num pequeno outeiro sobranceiro ao núcleo populacional homónimo, foi a igreja do antigo mosteiro de São Torcato. A sua origem recua-se aos meados do século X, ao tempo do rei Ramiro II. De facto, é a este monarca que se atribui explicitamente a instituição do património monástico, conforme documenta o inventário dos bens do mosteiro de Guimarães, de 1059, onde se inclui um "(...) *Monasterio Sancti Torquati per se etiam et cum suas villas* (...) quomodo in testamento de rex domno Ranimiro (...)” (Costa 1959 [1997], 149-150).

O edifício que hoje subsiste expressa bem, nos seus distintos espaços e nos seus variados estilos arquitectónicos, as vicissitudes históricas porque passou. Isso mesmo testemunham a nave oitocentista, a capela-mor românica ou a capela anexa dita “do santo”, já mais de influência gótica, tal como as ruínas subsistentes da ala nascente do claustro tardomedieval. A estes espaços e expressões arquitectónicas principais haverá que acrescentar os vestígios da decoração arquitectónica prerromânica integrados nas paredes do edifício, como sejam os fragmentos de frisos e de ajimezes de calcário e que fariam parte do primitivo templo de São Torcato.

Os dados fornecidos pelas escavações arqueológicas aí realizadas em 1987, na sequência das obras de restauro que possibilitaram também o achado de um importante conjunto de 8 caixas-relicário, confirmam a evolução arquitectónica acima sumariamente traçada.

A intervenção arqueológica abrangeu o interior da igreja e parte do adro envolvente, tendo sido possível realizar diversas sondagens, na sequência das quais se colocou a descoberto parte dos alicerces do que seria a abside da primitiva igreja altomedieval e parte da necrópole associada à ocupação do mosteiro durante toda a Idade Média, vestígios que actualmente se conservam sob os pavimentos da capelamor e

da sacristia. Procedeu-se ainda ao levantamento integral dos alçados da parede norte da capela-mor. Para este trabalho consideraremos apenas os dados relativos à edificação altomedieval.

Embora escassos, os vestígios da abside, correspondentes a um pequeno troço da parede oriental, cunhal meridional e arranque da parede sul, desenham uma planta rectangular. Os restos conservados revelam uma construção em alvenaria ciclópica, de blocos graníticos toscamente afeiçoados, assentes num lastro de cascalho que preenche uma vala pouco profunda rasgada directamente na arena de alteração granítica. O carácter grosseiro do aparelho, a par da utilização de terra e cháscale irregular no miolo e nas juntas, sugere que estaremos perante os restos do alicerce da edificação, admitindo-se que a elevação das paredes se faria com aparelho de melhor qualidade.

Exteriormente, encostados ao alicerce, identificaram-se restos de sepulturas coevas, conservando-se de uma delas a cabeceira, formada por uma laje granítica fincada verticalmente e parte do leito, composto por fragmentos de telha tipo *imbrici*. Dispondo-se em plano ligeiramente inclinado, mais elevado a ocidente, o leito incorpora, marcando o lugar da cabeça, um tijolo quadrangular.

Este conjunto de dados corresponde, no local, à mais antiga ocupação estruturada aí identificada, estratigraficamente comprovada, que se interpreta como correspondente à igreja do primitivo cenóbio de São Torcato, que as fontes documentam ter sido fundado na segunda metade do século X. Para além da cronologia relativa de base estratigráfica, a tipologia formal dos materiais exumados também é concordante com esta cronologia e com a sequência cronológica estabelecida para o conjunto de caixas-relicário (Barroca e Real 1992).

Correlacionados com estes vestígios estarão os elementos de decoração arquitectónica em calcário (frisos e ajimezes), incorporados na reconstrução românica da igreja. Com efeito, a evidência da sua reutilização na segunda fase construtiva de São Torcato, a par da aceitação da cronologia que se vem propondo para estas produções escultóricas, precisamente o século X (Real 2007a), sustenta a proposta de terem feito parte do edifício original, sugerindo que a igreja ostentaria uma decoração abundante, denunciando uma clara intenção de valorização estética.

Trata-se de dois ajimezes, parcialmente mutilados e cerca de três dezenas de fragmentos de friso, profusamente decorados na face. Embora a gramática decorativa sejam comuns e outros, com dominância dos semi-círculos, palmetas, rosetas, encordoados, círculos e cruces, a técnica escultória revela-se distinta. Nos frisos, o desenho é geometricamente rigoroso, traçado a compasso e o talhe biselado é perfeito, de uma regularidade absoluta. Nos ajimezes, o desenho é geometricamente irregular e o talhe é imperfeito, embora também feito a bisel. Estaremos, portanto, perante duas oficinas. Considerando que a pedra calcária é igual, originária da região de Coimbra, admitimos que os frisos tenham sido talhados nas experientes oficinas do centro do país e que os ajimezes tenham sido esculpidos por um artífice menos experiente, eventualmente a trabalhar na construção de São Torcato. O facto de existir um friso onde parece que foi tentada a feitura de um ajimez reforça esta interpretação (cfr. Real 2007a, 164).

2.3. Capela de São Frutuoso de Montélios (Braga)

Não ultrapassando os 13 metros em cada eixo, construído em sólido aparelho de cantaria granítica, o monumento de São Frutuoso de Montélios apresenta uma planta em cruz de braços quadrados iguais, o do lado poente recto e com cobertura em abóbada de canhão e os restantes três abrigando absides em arco de ferradura e cobertura compósita. Ao centro eleva-se uma torre-lanterna, rematada por cúpula semiesférica em tijolo.

Interiormente apresenta soluções arquitectónicas elaboradas, desde os arcos centrais das absides com tímpanos tripartidos em arcos em ferradura, assentes em pares de colunas e de impostas, de granito, calcário e mármore, todos com decoração em folhas de acanto, tipo coríntio tardio, até à profusão de sapatas de colunas no interior das absides, reveladoras da estruturação de um tecto de grande complexidade formal, cujo arranque era marcado por um friso de calcário decorado com palmetas em semi-círculos.

Exteriormente, o classicismo das formas é animado, nas absides, por frisos e filetes em calcário, com decoração esculpida representando cordas, contas de rosário e bandas de palmetas inscritas em semi-círculos; no corpo central elevado, para além dos frisos e filetes, sobressai o entablamento da cornija, decorado com uma arcatura cega de tipo lombardo, em que alternam dois arcos em ferradura com um arco em mitra.

O arcosólio e o respectivo sarcófago patentes na fachada setentrional da abside nascente são reconstituições propostas pelo arquitecto Moura Coutinho, no quadro do restauro efectuado pela ex Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nas décadas de 30 e 40 do século passado.

Considerado como o mais importante e complexo exemplar de arquitectura cristã pré-românica existente em território português, o monumento de São Frutuoso já foi objecto de inúmeros estudos, continuando os investigadores a dividir-se, na interpretação do modelo arquitectónico dominante, entre “visigotistas” e moçarabistas”.

Com os estudos que temos vindo a realizar, designadamente no âmbito do projecto “Contributos para o Projecto de Conservação do Património: Metodologia documental baseada na fotogrametria digital e laser scanning 3D terrestres” FCTPTDC AUR 66476-2006), julgamos que poderão vir a clarificar-se algumas questões importantes para a compreensão da evolução arquitectónica do monumento e, consequentemente, para a fixação das suas cronologias.

Os primeiros dados proporcionados pelo estudo em curso parecem apontar para a existência de três fases principais. Uma primeira fase correspondente a escassos vestígios de uma edificação original (paramentos e abóbada de canhão na abside poente, pilares centrais da quadra central e metade inferior dos paramentos da torrelanterna, com encosto de abóbada nas paredes formigas interiores). Uma fase intermédia definida por um significativo grupo de vestígios correspondentes a uma reconstrução antiga (elevação geral do edifício, perceptível na fiada logo abaixo dos frisos de calcário na abside oeste e sensivelmente a partir do meio dos paramentos da torre-lanterna, incluindo a sua cobertura em cúpula semi-esférica sobre pendentes, decoração arquitectónica em calcário e arcarias complexas associáveis a coberturas igualmente complexas das absides N, E e S, conservando-se vestígios de arranque das suas abóbadas). A terceira fase corresponde aos elementos da reconstrução / restauro efectuado no segundo quartel do século XX (quase totalidade das paredes das absides N, E e S e coberturas telhadas).

Embora os estudos ainda decorram, esperando-se que possam vir a incluir escavações arqueológicas, e salvaguardando a escassez e provisoriedade dos dados, propomos a seguinte primeira hipótese interpretativa: os vestígios da primeira fase são os mais antigos e corresponderão ao mausoléu mandado edificar por São Frutuoso cerca do ano 660, admitindo-se que reproduza um modelo inspirado no mausoléu ravenate de Gala Placidia – planimetria em cruz de braços iguais, com tectos das absides quadrangulares em abóbada de canhão e torre-lanterna com tecto em abóbada semi-esférica; os vestígios associados à segunda fase corresponderão a uma reconstrução altomedieval que se pode historicamente contextualizar no século X, que terá transformado o primitivo mausoléu num oratório de complexa e original expressão arquitectónica, cruzando influências clássicas, asturianas e moçarabes. O monumento restaurado corresponderá, portanto, na sua expressão arquitectónica actual, à reconstrução altomedieval.

2.4. Mosteiro de São Martinho de Tibães (Braga)

O primeiro documento que refere explicitamente a existência de um mosteiro em Tibães, data de 1077 (Costa 1965,158-159: doc.136), referindo com clareza “onde agora se fundou o mosteiro de Tibães (...*ubi modo fundata est monasterio*...). A sua fundação é atribuída ao patrocínio da família do nobre Paio Guterres da Silva, que era *vicarius regis* de Afonso VI de Leão, mentor de uma espécie de monaquismo oficial. A expressão fundação é clara, diferenciando-se bem de reconstrução ou reedificação. Os dados arqueológicos proporcionados pelas escavações corroboram a cronologia do último quartel do século XI, porque não se encontraram, em toda a ampla zona escavada, quaisquer vestígios de ocupação anterior (Fontes 2005).

Para além de alguns capitéis de tipo coríntio, dados como provenientes de Tibães e actualmente no Museu Pío XII, em Braga, os trabalhos arqueológicos permitiram identificar alguns blocos de granito com cavidade para utilização de *forfex*, reaproveitados nos alicerces da edificação românica. São estes dados, escassos e fora do seu contexto original, que permitem considerar a possibilidade de em Tibães se ter projectado um primeiro templo de traça pré-românica, com recurso a materiais reaproveitados, inclusivamente de tipologia romana, o que denuncia uma solução arquitectónica modesta, que remete para um processo construtivo pouco elaborado.

Neste sentido, optamos por interpretar os referidos escassos vestígios de elementos arquitectónicos, como indicadores da existência de um projecto inicial de relativa modéstia, datável do último terço do século XI, que nunca se concretizou e que terá evoluído ou sido substituído, pelo menos no que se refere ao templo, para um projecto de padrões românicos.

Para esta interpretação contribui, não apenas o carácter de reutilização dos materiais referidos, como ainda o facto de se ter identificado para Tibães um projecto construtivo de tipologia românica, que se terá iniciado na transição do século XI para o século XII, isto é, pouco mais de um quarto de século após a data que admitimos para a fundação do mosteiro, confirmando-se também, por esta via, o carácter provisório das primeiras edificações.

A este projecto românico, que deverá ser contemporâneo da concessão do couto, feita em 1110, associam-se os restos de alicerces de paredes da igreja e das casas anexas, vestígios da necrópole medieval e

inúmeros cilhares com siglas de canteiro e elementos arquitectónicos esculpidos com motivos característicos da decoração românica, como capitéis, frisos, aduelas e impostas, tudo correspondente à edificação monástica que serviu a comunidade entre finais do século XI e meados do século XVI.

Em Tibães, o projecto arquitectónico românico apresenta características que o aproximam da generalidade dos pequenos mosteiros da região bracarense, apropriados ou fundados nos séculos XI e XII por patronos poderosos, ao tempo dos governos dos condes portucalenses, nos quais o espaço claustral não parece ter sido totalmente enquadrado por alas porticadas

Do ponto de vista do modelo arquitectónico da igreja, interessa registar a sobreposição de influências distintas, manifestas na opção de uma só nave, elevada, característica que poderá reflectir a perduração de tradições locais, de eventual influência asturiana, e na junção da abside semicircular, de filiação *clunicense* e denunciadora de um estilo claramente românico.

Quanto à planta geral do mosteiro, para além da sua organização em “U” aberto para Sul, sem alas porticadas, releva o enquadramento da fachada ocidental por duas espécies de cubelos nos ângulos, desenhando uma solução aparentada à da probable sede palatina dos condes portucalenses que Manuel Real restituiu no convento de Santa Marinha da Costa, em Guimarães, datando-a do século X (Real 2000, 31).

Acresce que, se admitirmos, ainda com Manuel Real (1990, 449 e sgs.), que o estilo românico se difunde claramente já no decurso do último terço do século XI, embora incorporando soluções construtivas de épocas anteriores, pode até colocar-se a hipótese de ter existido apenas um projecto original de orientação “proto-românica”, que se afirmou plenamente românico em curso de obra, constituindo o reaproveitamento de materiais arquitectónicos antigos a expressão da conservação dessas formas antigas de construir.

Influências anteriores que se manifestam igualmente na decoração arquitectónica, que revela a permanência de características estilísticas de sabor préromânico, como nas aduelas decoradas com rosetas ou como as que se manifestam na feição “arcaizante”, “proto-românica” ou de “ascendência pré-românica” de um capitel cúbico, formalmente semelhante a capitéis da Sé de Braga e de São Pedro de Rates (Real 1992, 461).

2.5. Cidade de Braga

A “restauração” da cidade de Braga em 873, homologada por Afonso III das Astúrias, enquadra-se no processo da reorganização do território da região bracarense, empreendida pelos reis asturianos e leoneses nos séculos IX e X.

É possível que a esta “restauração” da cidade, no contexto da sua integração na órbita dos reinos asturiano e leonês, corresponda uma eventual reconstrução do seu perímetro defensivo, com redução significativa da área urbana, que passa para cerca de 16 Ha. De facto, a reinterpretação de alguns dados arqueológicos, ainda que escassos, sugere que a cidade altomedieval foi cercada a sul por uma nova muralha, que se ligaria a noroeste e a sudeste ao troço setentrional da antiga cerca romana, que continuou a integrar a defesa da cidade (Lemos, Leite e Fontes 2001).

Limitada a sul pelo eixo OSO-ENE, correspondente aos antigos *decumani* principais da cidade romana, no troço entre o antigo *foro* (actual Largo Paulo Orósio) e a saída nordeste pela Jeira ou Via XVIII (actual Largo Francisco Sanches), este novo amuralhamento determinou a fixação de novas saídas da cidade para sul: pelo Campo de Santiago, no alinhamento da catedral e por São Marcos / Granjinhos, prolongando a antiga ligação a Guimarães / Mérida. A norte ter-se-ão mantido as antigas portas da muralha romana, servindo as saídas para *Limia* e para o interior pelos vales dos rios Cávado e Homem, a poente e nascente da catedral, respectivamente (Martins *et al.* 2010).

Com nova cerca ou não, considera-se que é neste período altomedieval que se consolidam as profundas transformações do tecido urbano bracarense iniciadas no decurso dos séculos IV e V, com o progressivo abandono de algumas áreas da antiga cidade romana, desactivação dos principais edifícios públicos romanos e com a construção da primeira basílica paleocristã no local da actual Sé Catedral. De facto, a localização da basílica terá determinado a deslocação progressiva do centro cívico, económico e político para o quadrante nordeste da cidade (Fontes 2009a; Fontes *et al.* 2010b).

No subsolo da catedral, as escavações arqueológicas permitiram registar partes significativas de paredes de alvenaria e/ou de cantaria graníticas, associadas a uma sequência ocupacional relativamente longa, em que se destaca um grande edifício que, em data posterior ao século IV, conheceu diversas remodelações, a mais significativa das quais aponta para a definição de um amplo edifício rectangular, orientado Este-Oeste, pavimentado com uma sólida argamassa, tipo *opus signinum*, associado a paredes divisorias interiores, pilares e uma soleira de porta, rasgada na fachada Sul. A expressão planimétrica deste conjunto

de vestígios parece configurar um edifício organizado em três naves, aceitando-se a sua integração num modelo basilical de tradição cristã (Fontes, Lemos e Cruz 1997-98).

Admite-se que este edifício, cujo esboço de planta revela fortes semelhanças com a desaparecida igreja de Santa Maria de Oviedo (Arias Paramo 1993), corresponda à igreja de Santa Maria de Braga, onde em 873 se deverá ter reunido a cúria régia para “restaurar” a cidade, pois conheceu uma ocupação que se poderá prolongar até aos séculos X-XI, sendo então demolido para dar lugar ao projecto românico da nova catedral de Braga, obra promovida o bispo D. Pedro e que rompeu definitivamente com as planimetria e estruturação de espaços das construções anteriores.

2.6. Castelo de Cantelães (Vieira do Minho)

Como evidenciaram os materiais arqueológicos recolhidos nas sondagens de 2005, como sejam cerâmicas comuns micáceas (‘castrejas’ ou indígenas), cerâmicas domésticas e de construção de tipologia romana, um fragmento de ara romana anepígrafa, cerâmica doméstica de época suevo-visigótica e ainda cerâmicas domésticas de fabricos medievais, o povoado conhecido por Castro ou Castelo de Cantelães conheceu uma ocupação recorrente desde os últimos séculos a.C. até aos séculos XII-XIII.

Trata-se, portanto, de um povoado fortificado proto-histórico ou ‘castro’ que, pela sua dimensão e implantação estratégica ao centro do vale inicial do rio Ave, terá sido um lugar central do povoamento pré-romano, adentro do território dos *Callaeci Bracari*. Permaneceu ocupado durante o domínio romano e suevo-visigótico e, conforme evidenciaram os trabalhos arqueológicos, terá participado da organização asturoleonesa do território condal portugalense, nos séculos IX e X, período em que se edificou uma nova fortificação, um castelo de tipologia altomedieval, cuja desactivação parece ter acontecido no decurso do século XIII.

A esta fortificação medieval corresponderia a sede do *Territorio Velariae* (ou Terra de Vieira), protegendo nas suas proximidades o mosteiro de São João de Vieira, celebrizado por aí ter falecido Santa Senhorinha, a 22 de Abril do ano 982.

Mas no *Numeramento* mandado fazer por D. João III em 1527, regista-se que o

Concelho e Terra de Vieira, governado por Ayres Coelho, “ (...) *nom tem vyla nem castello* (...) ”, o que significa que já então estaria abandonado. Assim permaneceu até à actualidade, nunca tendo suscitado o interesse dos historiadores ou dos arqueólogos.

A limpeza preliminar das massas arbustivas existentes na plataforma superior, feita de modo mais cuidado junto aos vestígios perceptíveis de parede de muralha e dos rasgos para o seu alicerce nas massas rochosas, colocou a descoberto o traçado integral da cerca medieval, tornando possível o seu levantamento rigoroso à escala 1:50.

A fortificação desenha uma forma trapezoidal irregular, com um perímetro total de 203 metros, composto por troços mais ou menos rectilíneos adaptados à plataforma superior do monte e aos batólitos graníticos que a coroam, delimitando uma área de 2.250 m². Com o eixo maior orientado no sentido NE-SO, o trapézio é mais largo a NE e mais estreito a SO, marcando-se os respectivos cantos com inflexões que desenharam uma espécie de cubelos.

Na solução planimétrica adoptada destaca-se a instalação de dois ‘cubelos’ no lado menor do trapézio, a SW, sobrepujando o início do corredor formado pelos dois maiores batólitos que coroam a plataforma, flanqueando o que consideramos ser a entrada principal da fortificação.

Nos lados NE e SE conservam-se troços significativos da parede correspondente à muralha, com 2 metros de largura, em cantaria granítica montada em aparelho pseudo-isódomo, com miolo de calhaus, cascalhos, terra e saibro. Em distâncias variáveis, os alinhamentos horizontais das fiadas ajustam-se com blocos de menores dimensões ou com ‘cotovelos’ talhados nos cilhares maiores.

Sobre os batólitos, o traçado da muralha é definido por um rasgo pouco profundo mas com largura aproximada de 0,40 metros ou por cavidades escalonadas, tipo degraus, um e outras correspondentes ao assentamento da fiada inferior externa da muralha ou ao encaixe dos cilhares nos lados dos batólitos.

Dispersos pelo interior do recinto murado, identificam-se restos de paredes de alvenaria granítica de aparelho irregular, com uma espessura média de 0,65 metros e alinhamentos ortogonais, que corresponderão a habitações e, na banda poente, a uma provável cisterna. Não se identificaram quaisquer vestígios que pudessem sugerir a existência de uma torre de menagem.

Da fortificação medieval não se conhecem quaisquer referências nas principais compilações documentais, designadamente nas Inquirições de 1220 e de 1258. Esta aparentemente estranha omissão poderá, contudo, correlacionar-se com os episódios bélicos que opuseram senhores locais, no quadro do conflito mais vasto da guerra civil que perturbou o reino de Portugal no primeiro quartel do século XIII, estando bem documentados para esta região alguns episódios relacionados com o castelo de Lanhoso, que foi várias vezes assaltado, saqueado e queimado. No caso do castelo de Vieira, poderemos valorizar os dados

arqueológicos, que parecem apontar para um abandono da fortificação medieval em correlação com acções bélicas, como sugerem os níveis de carvões na base exterior da muralha e o achado de pontas de flechas e de virotes.

2.7. Igreja Velha de São Mamede de Vila Verde (Felgueiras)

A Igreja Velha de São Mamede de Vila Verde, Felgueiras, é uma pequena construção de linhas austeras, praticamente sem decoração arquitectónica. Apesar da cronologia tardia que se propôs, finais do século XIII, o estudo de arqueologia da arquitectura a que foi sujeita em 2004 revelou-a, em nossa opinião, como profundamente devedora de padrões construtivos pré-românicos (Fontes e Catalão 2008), pelo que a incluímos neste trabalho.

Trata-se de uma edificação unitária, em cantaria de blocos graníticos de forma geral paralelepípedica, esquadrados sem especial cuidado e montados em fiadas horizontais regulares, elevando, com ressaltos, paredes de dupla face ou paramento, com miolo preenchido por cascalho, calhaus e argamassa saibrosa. O aparelho, pseudo-isódomo, apresenta juntas horizontais quase secas e juntas verticais irregulares, também secas. Observam-se algumas alterações de alinhamentos de fiadas, geralmente acertados com recurso a fiadas e/ou blocos de menor altura e que poderão corresponder a fases de obra.

Os blocos graníticos dispõem-se quase sempre longitudinalmente (de peito), alternando a distâncias irregulares, com um bloco colocado transversalmente (de testa), que geralmente atravessa toda a parede ficando, por vezes, saliente da face desta.

A generalidade dos blocos foi rachada e toscamente afeiçãoada a picão, percebendo-se um desbaste especialmente orientado para as faces horizontais de assentamento, deixando-se as faces exteriores ligeiramente convexas, sem qualquer outro tratamento. Contudo, muitos outros apresentam uma esquadria mais perfeita e um tratamento mais cuidado da face, reconhecendo-se nas superfícies mais regulares de algumas das faces, designadamente em todas as que compõe as guarnições dos vãos, um acabamento a cinzel. Em alguns observam-se os rasgos correspondentes à utilização de cunhas de madeira para o corte. Em nenhuma parte do edifício se identificaram quaisquer siglas ou marcas de canteiro.

Nos vãos originais distinguem-se os das frestas, todos em arco de volta perfeita e abertura em capialço (alargam do exterior para o interior), e os vãos das portas, o da fachada ocidental em arco de volta perfeita, inscrito na espessura da parede, com tímpano fechado sobre lintel apoiado nas ombreiras e o da porta meridional, em arco ligeiramente apontado, também inscrito na espessura da parede, com tímpano fechado sobre lintel apoiado em mísulas salientes das ombreiras.

O coroamento das paredes é rematado por uma cornija de secção ligeiramente côncava, apoiada em modilhões lisos, com simples decoração moldurada ou com raros motivos tipo pinha ou rolos. Esta cornija recebia uma cobertura original em duas águas, tanto na nave como na capela-mor, como denuncia a empena triangular, que na fachada ocidental é rematada por um pequeno campanário em arco de volta perfeita com cobertura triangular capeada.

No seu conjunto, o edifício desenvolve-se no sentido Oeste – Este, compondo uma igreja de nave rectangular e capela-mor quadrada, esta mais pequena e bastante mais baixa, com um balcão interior perimetral, tipo banco e ainda com a particularidade de se implantar a uma cota significativamente mais elevada que a da nave, determinando dois níveis de pavimento distintos, vencidos por três degraus no vão do arco triunfal.

Salientes na fachada Sul da nave conservam-se a quase totalidade das mísulas e do rufo pétreo da cobertura do alpendre, que deste lado abrigaria os fiéis e a área sepulcral. Ladeando a porta axial, no exterior, conservam-se dois sarcófagos em granito, violados, com caixa antropomórfica e tampa monolítica configurando cobertura a “duas águas”.

Não conhecemos qualquer documento relativo à fundação da igreja velha de São Mamede de Vila Verde. A proposta de uma cronologia para a edificação original do templo foi, assim, baseada no contexto histórico local e nas características técnicoconstrutivas e estilísticas da edificação.

A forma geral da planta e a sua volumetria, a par dos elementos arquitectónicos e decorativos particulares como são os modilhões, as frestas e as portas com arco semi-circular ou ainda os sarcófagos, bem como o contexto histórico associável, em que releva a instalação em Vila Verde, no decurso do século XIII, de Mendo de Sousa e família, permitem-nos classificar o edifício como um projecto românico tardio de expressão rural, em que parecem cruzar-se influências simultaneamente conservadoras e progressistas, cuja edificação terá decorrido nos finais do século XIII.

Para o tema que aqui nos interessa, releva a solução construtiva de elevação trapezoidal dos volumes, a lembrar as torres dos castelos condais de Lanhoso e de Trancoso, de inspiração moçárabe (Barroca 1990-91), a ausência de decoração arquitectónica e a organização “fechada” dos espaços interiores,

especialmente acentuada pela elevação da capela-mor, acessível por uma arco cruzeiro de reduzidas dimensões, a sugerir influências das soluções construtivas asturianas.

2.8. Museu Pio XII (Braga)

Em 2009 tivemos a oportunidade de publicar o catálogo da “Secção Lítica” do Museu Pio XII, de Braga (Fontes e Pereira 2009). Pretendeu-se proporcionar ao público interessado uma visão de conjunto da colecção de lítica medieval, apresentando Numa única obra os dados que, até então, se encontravam dispersos por inúmeros livros e revistas ou permaneciam inéditos.

Como referimos nesse trabalho, muitas das peças medievais da “Secção Lítica” do Museu Pio XII haviam já sido referenciadas em diversos estudos publicados nas décadas centrais do século XX, orientando as recolhas do cónego Luciano dos Santos, então director do museu.

Mas os trabalhos principais, que verdadeiramente revelaram o elevado valor científico dos conjuntos líticos medievais, datam das duas últimas décadas do século XX e da primeira deste século. A colecção de epigrafia medieval foi estudada por Mário Jorge Barroca, autor que também se debruçou sobre as estelas funerárias e sarcófagos, bem como sobre os elementos arquitectónicos pré-românicos, contextualizando-os no quadro do noroeste português. A Manuel Luís Real devem-se estudos da arquitectura pré e proto-românica, bem como de elementos de arquitectura românica, identificando influências diversas, comuns a todo o noroeste peninsular.

Do contributo destes dois autores, ressalta a importância científica do espólio recolhido no Museu Pio XII para o conhecimento do período histórico a que se reportam, designadamente para a investigação da sociedade medieval da região bracarense e das expressões arquitectónicas pré-românicas e românicas.

De facto, das cerca de seis centenas de peças, aproximadamente metade pode atribuir-se à época altomedieval, balizando-se a sua produção entre os séculos IX-XI, período que corresponde à expansão asturiana-leonesa ou “reconquista” e à afirmação do condado portugalense.

Este conjunto, que inclui epígrafes, sarcófagos e, em número dominante, elementos de decoração arquitectónica, reporta-se a um período cronológico que se reconhece histórica e culturalmente distinto dos períodos anteriores e posteriores, relevando, especialmente nos elementos de decoração arquitectónica, a afirmação de uma gramática decorativa que absorve influências anteriores, proporcionando ao conjunto uma coerência estilística de forte identidade local e regional.

Podemos pois afirmar que o acervo de elementos de arquitectura pré-românica da colecção lítica do Museu Pio XII, pela sua qualidade, originalidade e variedade, constitui um precioso testemunho da actividade construtiva do período da reorganização asturiana-leonesa e condal portugalense, justificando plenamente a sua conservação, estudo e valorização.

3. AO MODO DE CONCLUSÃO OU PARA UM PROGRAMA DE INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ALTA IDADE MÉDIA DO NORTE DE PORTUGAL

As fontes documentais e arqueológicas, a par da toponímia e da hagiotoponímia, revelam, para o entre Douro-e-Minho e no período compreendido entre os séculos VIII e XI, a existência de um povoamento diversificado.

Apesar da desarticulação político-administrativa que acompanhou o estabelecimento do domínio árabe no sul peninsular e suas frequentes incursões setentrionais, a par das vicissitudes do processo de expansão asturiano e leonês e da reconhecida retracção populacional dos séculos VII e VIII, a ampla região da diocese de Braga, então correspondente ao Norte do actual território português, sempre esteve povoado (Costa 1959 [1997]; Real 2000; Fontes 2009a; Fontes e Pereira 2009).

Por outro lado, os processos da expansão asturiana e leonesa nos séculos IX e X (vulgarmente apelidada de “reconquista”) e da definição do Condado Portugalense, no decurso do século XI, conheceram ritmos e intensidades diferentes, determinados por contextos militares e socioeconómicos específicos. Assim, o noroeste do território só se reorganiza, de forma sistemática e sustentada, a partir da segunda metade do século IX, com Afonso III das Astúrias.

Os vestígios arqueológicos deste período que chegaram até nós, a pesar de escassos, apontam no mesmo sentido do processo histórico acima delineado, reportando-se a esmagadora maioria a edificações religiosas. Neste sentido, pode afirmar-se que continuou a ser a Igreja a principal impulsionadora da actividade construtiva, repetindo o quadro identificado no período Suevo-visigótico.

A existência de programas arquitectónicos vinculados a projectos de poder, que se traduzem na produção de uma arquitectura estereotipada, parece corresponder, na Alta idade Média do Norte do actual território português, à expressão de poderes efémeros. Pretender interpretar os testemunhos conhecidos como expressão de um tempo/época, pode conduzir a equívocos interpretativos. A arquitectura “não-erudita” (nova, de reconstrução, de adaptação ou de simples manutenção), parece

traduzir melhor o fluir do tempo e as vivências da sociedade, do que uma suposta arquitectura de modelos padronizados que, verdadeiramente, é raro encontrar.

Não se trata de bom senso interpretativo nem de conciliação de perspectivas diferentes, em busca do meio-termo, mas antes da convicção, sustentada pela documentação histórica e pelos vestígios arqueológicos, de que os séculos IX e X são tempos de expressões diversas, de avanços e recuos, de isolamento e de abertura, de retracção e de expansão: nas arquitecturas como nas sociedades, nos territórios como nas paisagens.

Apesar de traços fugazes, os documentos e os restos materiais conhecidos para esta época sugerem-nos, ou melhor, parecem entender-se melhor num quadro conceptual de complexidade e de diversidade.

Defendemos a existência de influências externas, de inércia endógena e de autonomia criativa, que cumulativamente se traduzem numa espécie de arquitectura de fusão, fortemente marcada pela tradição local e que, nos finais do século XI e durante todo o século XII, vai encontrar expressão plena na arquitectura românica portuguesa.

Com Manuel Luís Real (2000, 71), se bem interpretamos as suas ideias, deve reconhecer-se nessa época a existência de renovação arquitectónica, com manifestação de influências diversas, que se entrecruzam nas tendências regionais que se detectam nos elementos arquitectónicos atribuídos a este período, distinguindo-se uma arquitectura “moçárabe” com origem em centros urbanos meridionais, uma arquitectura asturiana desenvolvida a partir de Oviedo, e uma arquitectura galaicoasturiana, condal, que emerge em torno dos principais núcleos de povoamento do Noroeste, isolando-se no entre Douro-e-Minho o foco de Braga, num eixo que se estende de Guimarães a Ponte de Lima.

Ultrapassadas as concepções e perspectivas historiográficas que dominaram a investigação até às últimas décadas do século passado, verifica-se, actualmente, um interesse renovado pelo estudo do período compreendido entre a desarticulação do poder hispano-visigodo, nos inícios do século VIII e a emergência dos reinos cristãos do Norte peninsular, no decurso dos séculos IX-X.

Importa, por isso, questionar os rumos possíveis da investigação futura, na perspectiva de que a Arqueologia poderá dar um contributo significativo para a renovação das perspectivas de estudo e para o aumento do conhecimento histórico do período altomedieval.

Para o efeito, consideramos os seguintes apriorismos:

a) Os seres humanos desenvolvem relações dinâmicas entre si e com a natureza, conservando-se, de modo mais ou menos visível, testemunhos materiais da sua actuação (materialidades em que se incluem também os vestígios arqueológicos).

Significa isto que se reconhece a cultura material como mediador do conhecimento das sociedades humanas, sendo que a cultura material e as metodologias do seu registo e interpretação constituem o objecto de estudo específico da Arqueologia e a sua principal característica diferenciadora em relação às outras ciências sociais e humanas;

b) A actuação dos seres humanos é consciente (intencional, racional, emotiva) e coerente, comportando, portanto, um qualquer nível de organização. Implica que qualquer materialidade resultante das actuações humanas se relaciona, de um modo ou outro, com um qualquer sistema de representação das sociedades e que estas, actuando sobre o espaço, construíram paisagens.

c) A actuação dos seres humanos manifesta-se a diferentes escalas e com diversos níveis de articulação. Determina a adopção de uma leitura multi-escala, capaz de apreender a diversidade das expressões materiais e sociais das actuações humanas (da habitação ao simples fragmento de cerâmica, dos espaços económicos aos espaços simbólicos).

d) Através da descrição interpretada dos vestígios materiais das actuações humanas, pode-se tentar a reconstrução dos modelos de organização social que orientaram essas actuações. Exige a definição dos conceitos que conduzem à identificação de padrões comuns e que dão sentido às propostas de interpretação.

É necessário, em seguida, definir objectivos. Interessa-nos, especialmente, avançar na formulação das seguintes questões: qual o quadro socioeconómico de sobrevivência das populações? Que sistemas organizativos se desenvolveram? Que formas de habitar se produziram? Que estruturas de povoamento se desenharam? Que paisagens se construíram nos séculos VIII-X?

Para obter respostas julgamos necessário, para começar e como condição fundamental de desenvolvimento das investigações, que os arqueólogos adoptem uma perspectiva multidisciplinar de análise e que, consequentemente, dominem os procedimentos metodológicos e as ferramentas analíticas adequadas, tanto nas mais tradicionais áreas de estruturas, estratigrafias, artefactos e ecofactos, como nas mais recentes e complexas áreas da arqueologia da paisagem e da arquitectura.

Para a investigação das estruturas de povoamento e paisagens, para além de servir objectivos elementares de gestão do património arqueológico, consideramos prioritário realizar inventários arqueológicos e

promover a edição crítica de fontes documentais, que poderão e deverão traduzir-se na elaboração de cartografia históricoarqueológica de média escala (1:10000 e/ou 1:25000), cruzando dados documentais, toponímia e prospecções arqueológicas sistemáticas.

Em arquitectura, civil, militar e religiosa, importa analisar os edifícios enquanto expressões de processos construtivos, para cuja compreensão é importante considerar, para além das plantas parciais e gerais das edificações, os aspectos técnicos da construção, tais como: tipo de materiais utilizados e sua proveniência, talhe da pedra, aparelho das paredes. Uma análise deste tipo poderá e deverá contrastar-se com os respectivos contextos históricos (sociais, económicos, ideológicos, etc.). Nesta perspectiva, cada edifício é único. Só depois de estudos monográficos será possível identificar padrões comuns, reveladores de tendências com expressão regional. Os procedimentos metodológicos desenvolvidos em arqueologia da arquitectura devem adoptar-se generalizadamente, o que exige, entre outras coisas, levantamentos topográficos rigorosos e detalhados de todas as construções ou dos seus vestígios. É igualmente necessário, e urgente, proceder a estudos etnoarqueológicos dos ateliês tradicionais de cantaria ainda existentes no Norte de Portugal.

Finalizamos citando Navia Osorio (2000, 63), «entender e interpretar um território historicamente configurado, equivale a decifrar a linguagem pela qual esse território se expressa e se torna racionalmente perceptível e, portanto, implica a descoberta do sistema de sinais específicos de cada organização territorial». É esta a tarefa da arqueologia: estudar os sistemas de sinais actuais e passados, com o fim último de chegar às imagens das paisagens desaparecidas.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

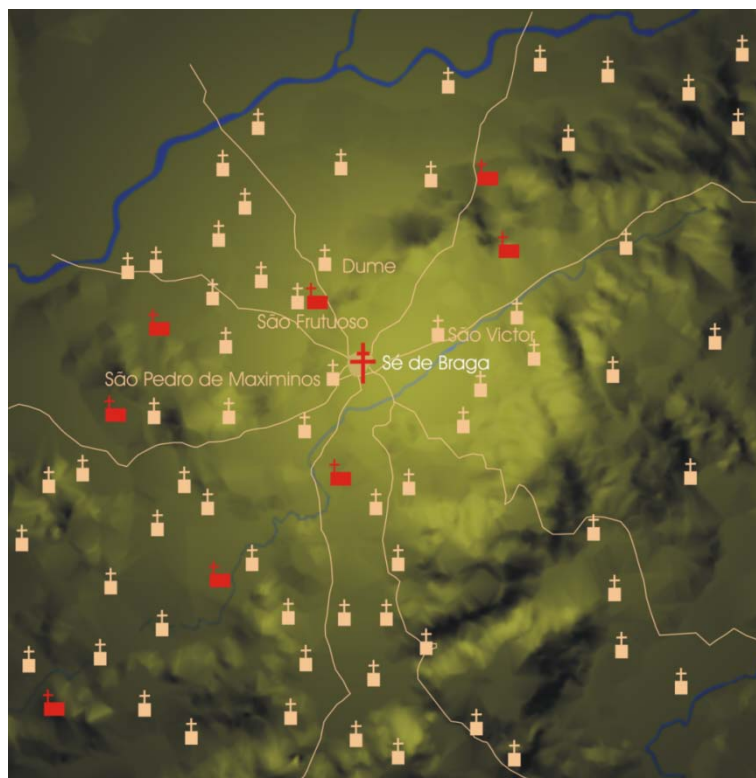
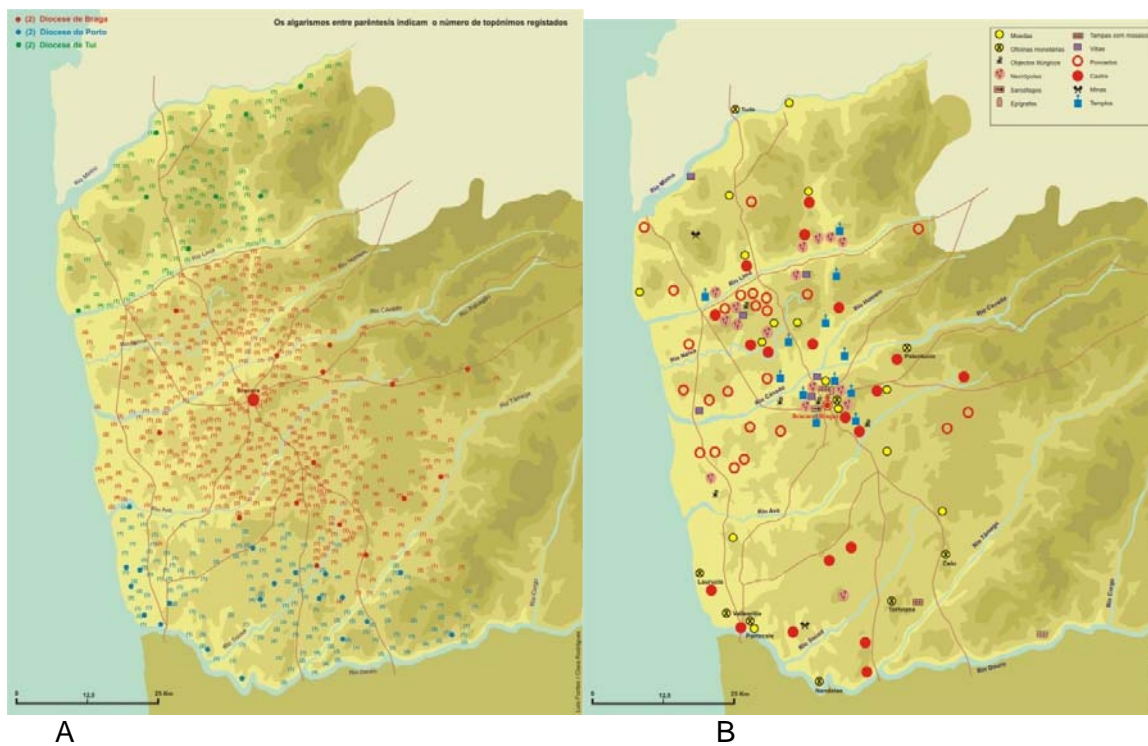
- . Almeida, C.A.B., Milhazes, M.C., Antunes, J.M.V. (2007). *Catálogo Museu Arqueológico de Barcelos*. Barcelos.
- . Almeida, C. A. F. (1968). *Vias Medievais de Entre Douro e Minho*, Dissertação de Licenciatura em História (policopiada), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- . - (1978a). *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dissertação de doutoramento, 2 vols., (policopiada), Porto.
- . - (1978b) - *Castelologia Medieval de Entre Douro e Minho*, Prova Complementar da Tese de Doutoramento (policopiada), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- . - (2001). *História da Arte em Portugal. O Românico*, Editorial Presença, Lisboa. . Almeida, F. (1962). *Arte Visigótica em Portugal, O Arqueólogo Português*, Nova Série, IV, Lisboa.
- . Amaral, L. (1999). Organização eclesiástica de entre-Douro-e-Minho: o caso da diocese de Braga (sécs. IX-XII). In *Del Cantábrico al Duero: trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII a XIII*. Universidad de Cantabria/Parlamento de Cantabria, Santander, pp.313-349.
- . - (2007). Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da *Reconquista* (século IX-1137). Universidade do Porto, Porto. Dissertação de doutoramento.
- . Arias Paramo, L. (1993). *Prerrománico asturiano. El arte de la Monarquía Asturiana*. Gijón: Ediciones Trea.
- . Barroca, M. (1987). *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (séculos V a XV)*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiado), Porto.
- . - (1990). Contribuição para o Estudo dos Testemunhos Pré-Românicos de Entre- Douro-e-Minho. 1. Ajimezes, Gelosias e Modilhões de Rolos, in *Actas IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga (Congresso Internacional)*, vol. I, Faculdade Teologia . – Cabido de Braga, Braga, pp.101-145.
- . - (1990-91) - Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (séc. IX a XII), *Portugalia*, Nova Série, XI-XII, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, pp. 89-134.
- . - (2000) - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 3 vols., (dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1995), Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação Ciência e Tecnologia, Lisboa.
- . Barroca, M. e Real, M. (1992). As caixas-relicário de São Torcato, Guimarães (séculos X-XIII), *Arqueologia Medieval*, 1, Edições Afrontamento, Porto, pp.135-168.
- . Coelho, M.H.C. e Homem, A.L.C. (1996), (coord. de). *Portugal em Definição de Fronteiras. Do condado portucalense à crise do século XIV*, Nova História de Portugal (dir. de Joel Serrão e A.H de Oliveira Marques), vol. III, Lisboa.
- . Costa, A.J. (1959 [1997]). *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*, (2.^a ed., refundida e ampliada), I, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, Braga.
- . - (1959 [2000]). *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*, (2.^a ed., refundida e ampliada), II, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, Braga.

- . - (1965), (ed. crítica de). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, I, Braga.
- . - (1978), (ed. crítica de). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, II, Braga.
- . - (1990), (ed. crítica de). *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, III, Braga.
- . - (1988). Povoamento e Colonização do território Vimaranesense nos séculos IX a XI. In *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*. Volume III, Guimarães, pp. 135-196.
- . David, P. (1947). *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*, Lisboa / Paris.
- . Dias, M. e Gaspar, C. (2006). *Catálogo de inscrições paleocristãs do território português*. Lisboa, Centro de Estudos Clássicos / Faculdade de Letras de Lisboa, pp. 184-187. Dois fragmentos de pizarras opistógrafas do Museu Pio XII.
- . Fernandes, A. (1990). Oposição toponímica à doutrina do despovoamento do Norte de Portugal, in *Actas IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga (Congresso Internacional)*, vol. I, Braga, pp.225-282.
- . Ferreira, J. (1928). *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (séc. III - séc. XX)*, Tomo I, Mitra Bracarense, Braga.
- . Fernandes, I. (2005). Arqueologia Medieval em Portugal: 25 anos de investigação, *Portugalia*, Nova Série, Vol. XXVI, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- . Fontes, L. (1991-92). Salvamento Arqueológico de Dume (Braga). Resultados das Campanhas de 1989-90 e 1991-92, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 8-9, Braga, 1991-92, pp. 199-230.
- . - (1993). Inventário de sítios arqueológicos do concelho de Braga, *Mínia*, 3ª série, 1, Ano I, pp. 31-88.
- . - (1997). *Lindoso. O castelo e a região*, Instituto da Conservação da Natureza, Braga.
- . - (2002). Arqueologia Medieval Portuguesa, in *Arqueologia & História*, n.º 54, [Actas das VI Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses. “Arqueologia 2000: Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal”, (25 a 27 Maio 2000)], Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp.221-238.
- . - (2005). *Tibães: um sítio onde se fez um mosteiro. Ensaio em arqueologia da paisagem e arquitectura*. IPPAR, Lisboa.
- . - (2006). *A Basílica Sueva de Dume e o Túmulo dito de São Martinho*, Núcleo de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.
- . - (2009a). O Período Suévico e Visigótico e o Papel da Igreja na Organização do Território, in *Minho. Traços de Identidade*, (coord. Paulo Pereira), Conselho cultural da Universidade do Minho, Braga, p.272-295.
- . - (2009b). A igreja sueva de São Martinho de Dume, nos contextos da arquitectura cristã antiga de Braga e da Antiguidade Tardia do Noroeste de Portugal. *Revista de História da Arte*, 7, Actas do Ciclo de Palestras Internacional sobre “Arquitectura, Mosaicos e Sociedade da Antiguidade Tardia e Bizantina a Ocidente e Oriente. Estudos e Planos de Salvaguarda”. Lisboa: FCG / UNL, p.162-181.
- . Fontes, L. et al. (2009). *Colecção de Epigrafia e de Arquitectura Antigas (séculos I a.C – VII d.C.)*, 2 vols., Braga: IAHC – Instituto de História e Arte Cristãs / Arquidiocese de Braga.
- . Fontes, L. et al. (2010a). Salvamento de Bracara Augusta. Edifício n.º 89-97 da Rua dos Biscainhos. Relatório Final, *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*, N.º 5, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho: [https:// www.uaum.uminho.pt/edicoes/revistas.htm](https://www.uaum.uminho.pt/edicoes/revistas.htm)
- . Fontes, L. et al. (2010b). A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII. *Actas do Congresso “Espacios Urbanos en el Occidente Mediterráneo, ss. VI-VIII*, Toledo (Set./Out. 2009). Toledo: Toletum Visigodo, (no prelo).
- . Fontes, L. e Catalão, S. (2008). Intervenções arqueológicas no âmbito da “Rota do Românico do Vale do Sousa”. Procedimentos e resultados. In *OPPIDUM*, n.º especial – 2008 (Actas do I Encontro de Arqueologia das Terras de Sousa). Lousada: Câmara Municipal de Lousada, p.38.
- . Fontes, L. e Gaspar, A. (1997). Cerâmicas da região de Braga na transição da Antiguidade Tardia para a Idade Média, *Actes VIème Colloque sur la Céramique Médiévale en Méditerranée*, (13-15 Novembre 1995), Aix-en-Provence, pp. 203-212.
- . Fontes, L. e Pereira, B. (2009). *Colecção de Epigrafia e de Arquitectura Medievais (séculos IX-XV)*, 2 vols., Braga: IAHC – Instituto de História e Arte Cristãs / Arquidiocese de Braga.
- . Fontes, L. e Regalo, H. (1997). O “Castelo” de Penafiel de Bastuço, Paços S. Julião, Braga. Elementos para o seu estudo, *Arqueologia Medieval*, 5, Edições Afrontamento, Porto, pp.199-220.
- . Fontes, L. e Roriz, A. (2007). *Património Arqueológico e Arquitectónico de Vieira do Minho*. Município de Vieira do Minho, Vieira do Minho.
- . Fontes, F., Lemos, F. e Cruz, M. (1997-98). “Mais Velho que a Sé de Braga. Intervenção Arqueológica na Catedral Bracarense: notícia preliminar”, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 14-15, Braga, p. 137-164.
- . Fontes, L., Machado, A. e Catalão, S. (2010). Igreja Velha de São Mamede de Vila Verde (Vila Verde, Felgueiras). Leitura estratigráfica de alçados e sondagem. Relatório Final, *Trabalhos Arqueológicos da*

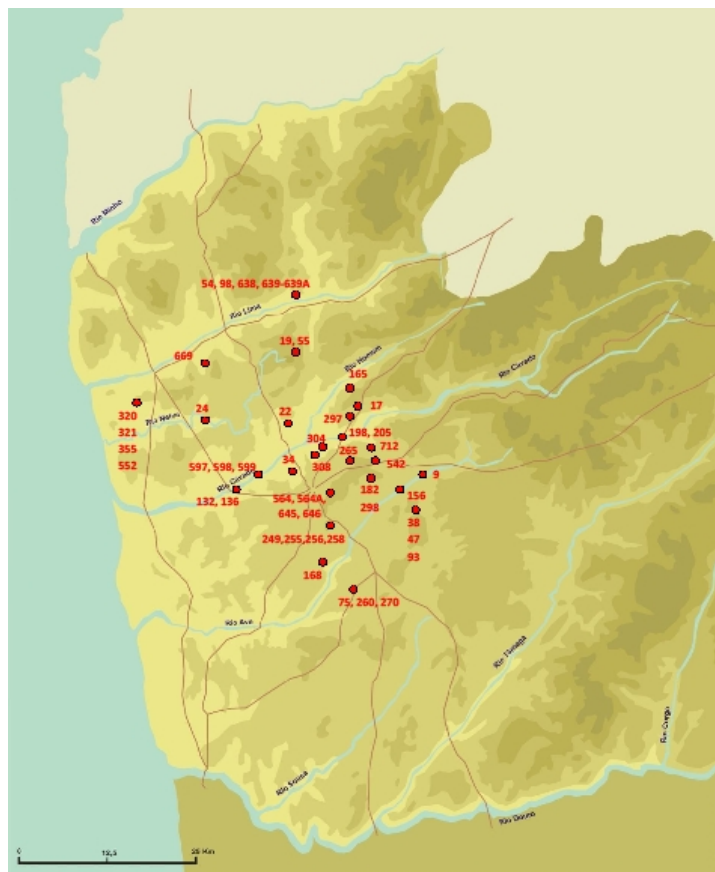
- U.A.U.M. / MEMÓRIAS, N.º 4, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 2010. <https://www.uaum.uminho.pt/edicoes/revistas.htm>
- . Fontes, L., Martins, M. e Andrade, F. (2010). Salvamento de Bracara Augusta. Quarteirão dos CTT/Interligação Túnel Avenida da Liberdade (BRA 09 CTT-ITAVL). Relatório Final, *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*, N.º 2, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. <https://www.uaum.uminho.pt/edicoes/revistas.htm>
- . Gaspar, A. (1985). Escavações Arqueológicas na rua de Nossa Senhora do Leite, em Braga, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, vol. 2, Braga, 1985, pp 51-127.
- . - (2003). Cerâmicas cinzentas da Antiguidade Tardia e alto-medievais de Braga e Dume. In *Cerámicas tardorromana y altomedievales en la Península Ibérica. Anejos de AEspA*, XXVIII, Instituto Arqueologia Mérida, Madrid, pp.455-482.
- . Gomes, P. (1993). O Povoamento Medieval em Trás-os-Montes e no Alto-Douro. Primeiras Impressões e Hipóteses de Trabalho, *Arqueologia Medieval*, 2, Edições Afrontamento, Porto, pp.171-190.
- . Guimarães, J. (1901). Catálogo do Museu Arqueológico. In *Revista Guimarães*. Vol. XVIII, n.º 1-2, Porto, p. 38-72.
- . Lacerda, A. (1942). *Historia da Arte em Portugal*. Vol. I, Portuense Editora, Porto.
- . Lemos, F., Leite, J e Fontes, L. (2001). A muralha de Bracara Augusta e a cerca medieval de Braga, in *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica (500-1500)*, *Actas do Simpósio Internacional Sobre Castelos*, (Palmela, 3 a 8 de Abril de 2000), Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, pp.121-132.
- . López Quiroga, J. (2004). *El final de la Antigüedad en la Gallaecia. La transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (siglos V al X)*, Fundación Pedro Barrié de la Masa, s/l.
- . Marques, A. (2006). O Casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre- Douro-e-Lima (906-1200). Universidade do Porto, Porto. Dissertação de mestrado.
- . - (2008). Itinerários de uma unidade de organização social do espaço: o casal e o processo de senhorialização do Entre-Douro-e-Lima (906-1200). In *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas*. (coord.) de Iria Gonçalves, IV. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, pp. 167-207. Separata.
- . Marques, J. (1986). O Castelo de Braga, *Minia*, II. Aspa, Braga, p.5-34
- . - (1988). *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, Lisboa.
- . Martins, M e Fontes, L. (2007-2008). Uma estratégia para o património bracarense: a criação de um Parque Cultural Europeu em Braga, in *FORUM*, 42-43, Universidade do Minho, Braga, p.255-286.
- . Martins, M. et al. (2010). Salvamento de Bracara Augusta. Quarteirão dos CTT/Interligação Túnel Avenida da Liberdade (BRA 09 CTT-ITAVL). Relatório Final, *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / MEMÓRIAS*, N.º 1, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. <https://www.uaum.uminho.pt/edicoes/revistas.htm>
- . Mateus, L. et al. (2008). A report on multiple approaches to the S. Frutuoso of Montélios Chapel Survey, in *The 9th International Symposium on Virtual Reality, Archaeology and Cultural Heritage*, M. Ashley, S. Hermon, A. Proenca, and K. Rodriguez-Echavarria (eds.). Braga: VAST, pp. 1–8.
- . Matos, M. (coord.) (1992) - *Nos Confins da Idade Média. Arte Portuguesa Séculos XIII-V*, (Catálogo exposição no Museu Nacional Soares dos Reis, Porto, 13 Março-26 Abril 1992), Instituto Português de Museus, Porto.
- . Mattoso, J. (1974), (introdução e notas críticas de). *Benedictina Lusitana*, de frei Leão de S. Tomás, Tomo I, (edição fac-símile do original editado em Coimbra em 1644), Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.
- . - (1988). *Identificação de Um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, I - *Oposição*, (3ª edição), Editorial Estampa, Lisboa.
- . - (1992) (dir. e coord. de) - *História de Portugal*, (Primeiro Volume), *Antes de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa.
- . - (1993) (dir. e coord. de). *História de Portugal*, (Segundo Volume), *A Monarquia Feudal*, Círculo de Leitores, Lisboa.
- . Navia Osorio, J. (2000). *A Construção do Território. Mapa Histórico do Noroeste da Península Ibérica*, Madrid.
- . Pereira, P. (dir.) (1995) - *História da Arte Portuguesa*, 3 vols., Círculo de Leitores, Lisboa.
- . Real, M. (1990). O projecto da catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português, in *Actas IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga (Congresso Internacional)*, vol. I, Faculdade Teologia – Cabido de Braga, Braga, pp.435-511.

- . - (1995). Inovação e Resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular, in *Actas IV Reunión de Arqueologia Cristã Hispânica*, (Lisboa, 1992), Institut d'Estudis Catalans, Barcelona, pp.17-68.
- . - (1998). Os Moçarabes do Gharb português, in *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, (Catálogo exposição no Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa), Instituto Português de Museus, Lisboa, pp.35-56.
- . - (2000). “Portugal: cultura visigoda e cultura moçarabe”, in *Visigodos y Omeyas. Un debate entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media*, Anejos de AEspA, XXIII, Madrid, p.21-75.
- . - (2007a). A escultura decorativa em Portugal: o grupo “portucalense”. In *Escultura decorativa tardorromana y altomedieval en la Península Ibérica. Anejos de AEspA*, XLI, Instituto Arqueologia Mérida, Madrid, pp.135-151.
- . - (2007b). A arquitectura pré-românica do norte de Portugal, in *Arte e Cultura da Galiza e Norte de Portugal. Arquitectura*, vol. I, Marina Editores, Santiago de Compostela, pp.94-113.
- . Real *et al.* (1982). As covas eremíticas de Sabariz (Vila Fria - Viana do Castelo), *Minia*, Aspa, Braga, pp.5-31.
- . Ribeiro, M. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Universidade do Minho (Dissertação de doutoramento policopiada).
- . Rodrigues, J. (1995). A arquitectura românica. In *História da Arte Portuguesa*, (dir. De Paulo Pereira), volume I, Lisboa, p.183-331.
- . Rosário, A. (1973). Breve catálogo do Museu Pio XII. In *Falam Documentos*. 2ª Edição, Braga.
- . Sampaio, A. (1979). *As Vilas do Norte de Portugal*, (Estudos Históricos e Económicos, I), (reedição da edição de 1903 com prefácio de Maria José Trindade), Editorial Vega, Lisboa.
- . Sarmiento, F. M. (1933). *Dispersos (Colectânea de artigos científicos publicados por Francisco Martins Sarmiento entre 1876 e 1899)*. Vol. 1, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, p. 247-303.
- . Serrão, J. e Marques, A.H.O. (dir.de) (1995). *Nova História de Portugal*, vol. I, Lisboa: Editorial Presença.
- . Serrão, J. e Marques, A.H.O. (dir.de) (1996). *Nova História de Portugal*, vol. II, Lisboa: Editorial Presença.
- . Schlunk, H. (1968). Ein Sarkophag aus Dume im Museum in Braga, *Madridrer Mitteilungen*, 9, Madrid, pp.424-458.

Braga, 7 de Setembro de 2010



A= Antroponímia genitiva germânica anterior séc. X; B= Vestígios arqueológicos séc. VIII?; C= Igrejas e mosteiros zona de Braga séc. XI

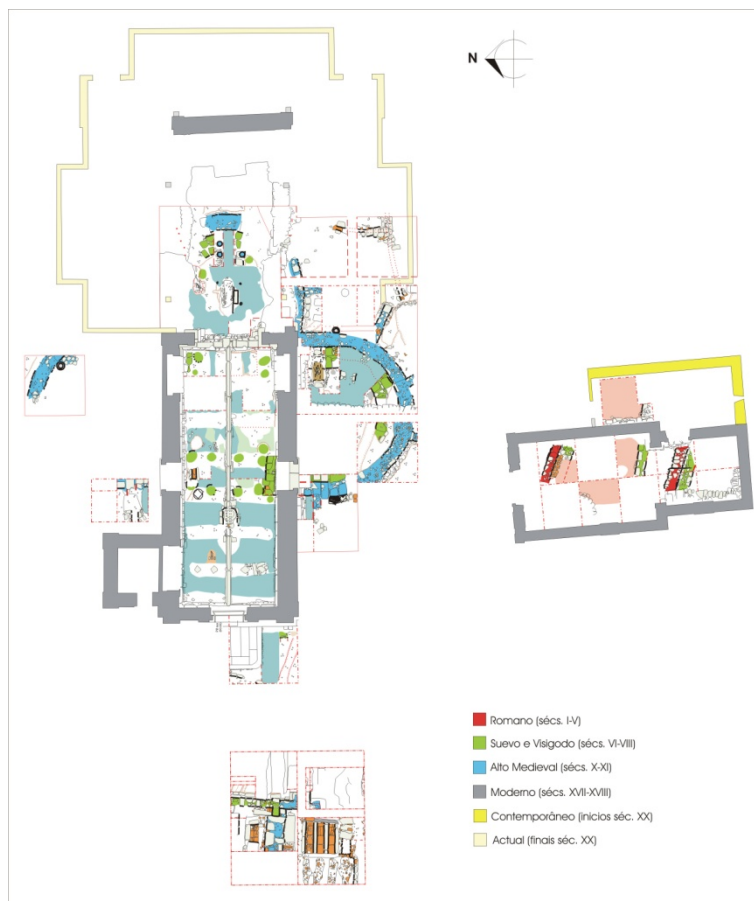


Mapa de distribuição de Arquitectura Pré-Românica

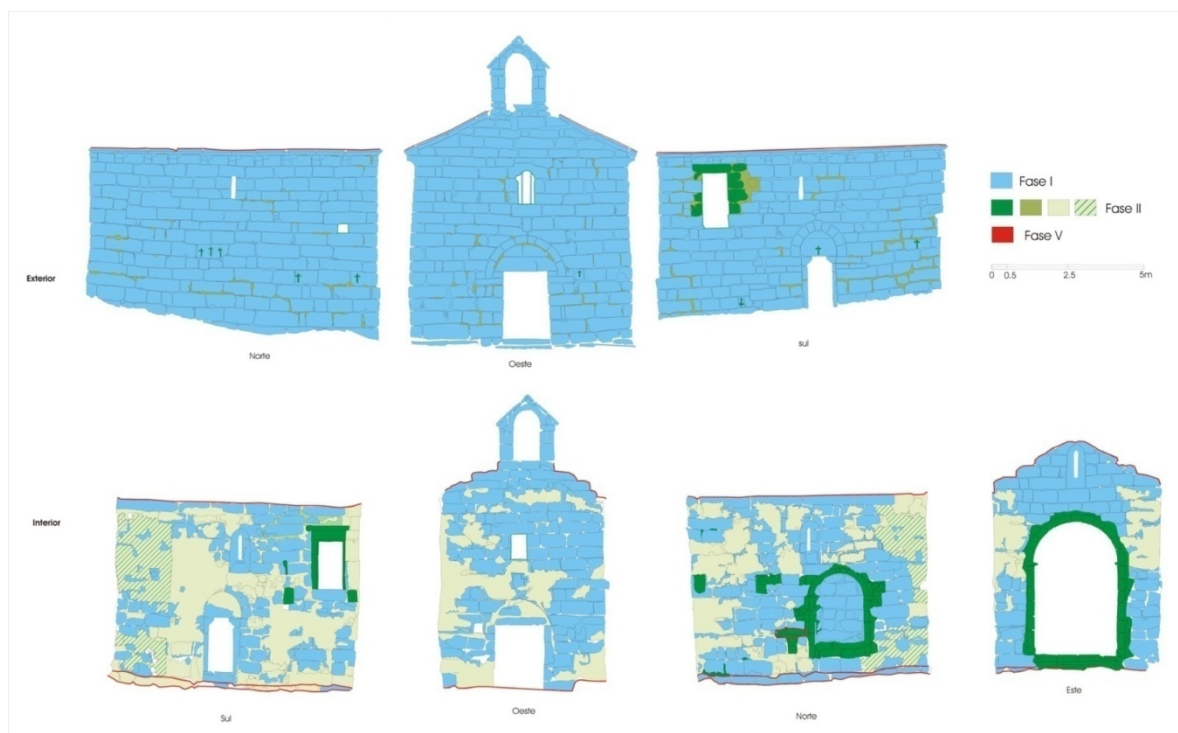
Cartografia de espólio do Museu Pio XII



Tampa do Túmulo dito de São Martinho de Dume, sécs. X-XI



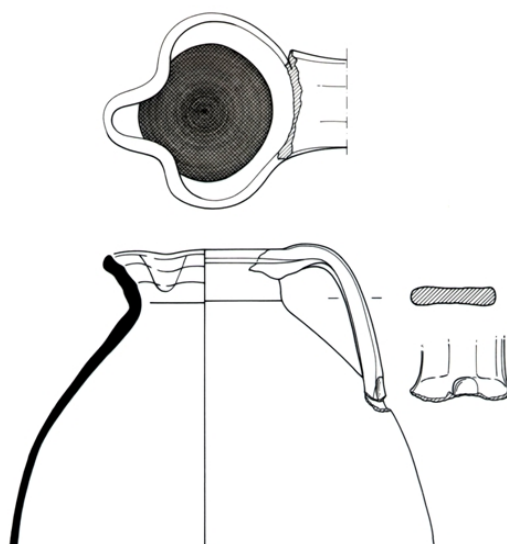
Ruínas arqueológicas de Dume



Alçados da Igreja Velha de São Mamede de Vila Verde



Elementos arquitectónicos pré-românicos (Museu Pio XII)



1:2

Sondagem A226-227/A246-247 / Contexto 2046
Fragmento de vaso trilobado
(sécs. VII-VIII)

Cerâmica recolhida na estação arqueológica de Dume